



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional
☎ (11) 95446-2020 - @massas.por
#29/2026 - 8 de outubro - pormassas.org



TRÊS ANOS SEGUIDOS DE MASSACRE NA PALESTINA NENHUMA CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E NOS GOVERNOS BURGUESES! CONFIAR APENAS NA FORÇA DA LUTA COLETIVA DOS TRABALHADORES DO MUNDO TODO!

Três anos de genocídio praticado por Israel na Palestina. Três anos de assassinatos de mulheres, crianças e idosos. Três anos de bombardeios e de destruição da infraestrutura das cidades da Faixa de Gaza. Três anos de avanço extremo do colonialismo sionista sobre as terras palestinas. Três anos de perseguição sionista aos defensores da Palestina em todo o mundo. Três anos de fracasso da burguesia democratizante e seus governos, que apoiam a Palestina em palavras, mas não foram capazes de adotar medidas efetivas para conter a barbárie sionista. Três anos de apoio dos Estados Unidos ao genocídio. Três anos da ação militar do Hamas e do início da guerra de Israel contra palestinos, mas nunca é demais lembrar que o colonialismo sionista começou há mais de 100 anos e nunca se interrompeu.

É sintomático que o sionismo político tenha nascido no interior da burguesia judaica da Europa Central e Ocidental justamente quando o capitalismo entrava em sua fase imperialista. Essa fase se caracteriza pela fusão do capital bancário com o industrial e pela partilha colonial do mundo. Segundo Abraham Leon, o judeu revolucionário que morreu no campo de concentração de Auschwitz em 1944, o sionismo nasce com apoio de parte da burguesia europeia e como reação de camadas médias judaicas, pressionadas pela crise do capitalismo e pelo antisemitismo moderno, que tentaram resolver dentro do imperialismo um problema que esse mesmo sistema produzia.

Nesse projeto, a “terra prometida” funcionou como mito fundador para reivindicar um território onde os árabes eram quase 90% da população. A Declaração Balfour, de 1917, e o Mandato britânico concedido pela Liga das Nações foram os grandes impulsos ao projeto sionista. A Palestina entrou na partilha do Oriente Médio após a Primeira Guerra. A etapa seguinte veio depois da Segunda Guerra, com o declínio britânico e a ascensão dos EUA. O plano de partilha da ONU, de 29 de novembro de 1947, destinou cerca de 56% do território a um Estado judeu. Naquele momento, os judeus eram cerca de um terço da população e possuíam menos de

7% das terras. A ONU, em 24 de setembro de 2026, que recebeu Netanyahu para discursar, foi avalizadora da criação de um Estado artificial colonialista, que desde então não parou de avançar sobre o que sobrou das terras palestinas. O plano dos sionistas é declarado aos quatro ventos: só vão parar quando possuírem todo o território palestino. A fundação de Israel, em 14 de maio de 1948, teve o reconhecimento imediato dos EUA e o apoio decisivo da URSS estalinista. A URSS votou pela partilha e foi a primeira a reconhecer o novo Estado, além de autorizar o envio de armas tchecoslovacas, apostando em enfraquecer a presença britânica na região. Houve resistência dos países árabes naquele momento. O resultado foi a Nakba: cerca de 750 mil palestinos expulsos e centenas de aldeias destruídas.

No último dia 3 de outubro, o Ministério da Saúde de Gaza contabilizava 74.040 mortos desde outubro de 2023, dos quais mais de 1.400 após o início da “trégua”; no mesmo período, morreram 7 soldados israelenses. Os ataques seguem quase diários, com sete mortos só em 23 de setembro. Zonas militares israelenses restringem o acesso a cerca de 70% do território, e a ajuda entra apenas por Kerem Shalom e é insuficiente para as necessidades dos palestinos.

Em 23 de setembro, o Board of Peace apresentou na ONU um plano inicial de US\$ 2,4 bilhões, condicionado ao desarmamento do Hamas, à transferência do governo a um comitê palestino e a uma retirada israelense por fases. Netanyahu, por sua vez, exigiu o desarmamento antes de qualquer retirada, e o premiê do Catar o chamou de “o maior obstáculo” ao plano. No dia seguinte, cerca de 70 delegações deixaram o plenário ou boicotaram o discurso em que Netanyahu negou o genocídio. O simples fato de lhe ser concedida a palavra já mostra a incapacidade de solução pela via da democracia burguesa. Essa tarefa democrática de libertação nacional cabe completamente ao proletariado internacional, e, na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, só poderá ser realizada através da revolução proletária.

Na Cisjordânia, a licitação de 1.234 moradias na área E1, que fragmenta o território e cujo prazo a Procuradoria-Geral israelense adiou para depois da eleição, continua sendo o maior ataque recente ao território palestino. Em Jalud, em 28 de setembro, mais de cem colonos incendiaram as casas de uma família palestina que retornava sob escolta militar. A Autoridade Palestina abriu em 26 de setembro o registro para as eleições legislativas de 28 de novembro, as primeiras desde 2006.

Já Israel vai às urnas em 27 de outubro numa disputa apertada. O bloco de Netanyahu e a oposição aparecem empatados, ambos sem as cadeiras necessárias para governar. A campanha gira em torno da investigação sobre as falhas de 7 de outubro, do recrutamento de ultraortodoxos e do custo de vida, e não do fim da ocupação. Os partidos árabes, com 12 cadeiras projetadas, podem decidir a maioria. Uma troca de governo tende, portanto, a mudar o estilo, e não a essência, da política para os territórios ocupados.

Enquanto isso, a crise no Oriente Médio segue sem definição. A guerra aberta contra o Irã, em 28 de fevereiro, por ataques dos EUA e de Israel, que mataram o líder supremo Ali Khamenei, prossegue. Em 26 de setembro, o chanceler Abbas Araghchi propôs trégua regional de sete dias e reabertura de Ormuz, em troca da liberação de cerca de US\$ 17 bilhões em ativos, do fim das sanções ao petróleo e do bloqueio naval norte-americano. Trump rejeitou a proposta. Tudo indica que deve retomar os bombardeios após as eleições de novembro nos EUA. Teerã mantém o estreito fechado até que suas condições sejam atendidas. E o conflito transbordou para o Mar Vermelho. Em setembro, os houthis tomaram trechos da costa junto a Bab el-Mandeb. No Líbano, a trégua não interrompeu os bombardeios. Israel ocupa uma faixa com cerca de 68 localidades, e mais de 300 mil pessoas continuam deslocadas. De conjunto, apesar dos cessar-fogo formal, a situação no Oriente Médio se mantém dramática para as massas. O fator de crise é, sem dúvida, a ação imperialista dos EUA e sua busca pela manutenção de sua dominação conquistada no pós-Segunda Guerra e, hoje, fortemente ameaçada pela ascensão econômica da China.

Nesse contexto, a Europa vem sendo abalada por revoltas e movimentos amplos, por diversos motivos. A crise habitacional na Espanha, a crise migratória em diversos países, a onda de protestos estudantis na França, a alta dos combustíveis e a inflação da zona do euro, que subiu de 3,2% em agosto para 3,8% em setembro (com a energia a 18,8%), são sintomas da crise estrutural do capitalismo. Os explorados instintivamente procuram a via da luta de classes para se deferem. O problema principal é a falta de organização para transformar os levantes espontâneos em ação organizada para derrubar os governos e avançar na luta revolucionária pelo fim do capitalismo, raiz de todos os problemas.

Esses dados e acontecimentos expõem o prolongamento da crise internacional, que tem como base a guerra comercial dos EUA contra a China. É reflexo dessa crise o rearmamento das potências, numa verdadeira corrida armamentista que muito lembra os grandes conflitos mundiais. Assim, a situação na Palestina é parte de um problema maior, ainda que mostre de forma mais aguda até que ponto o reacionarismo capitalista, neste caso na forma do sionismo, pode chegar para ampliar sua dominação.

O refluxo dos grandes movimentos de luta e resistência em defesa da Palestina tem duas razões principais que devem ser enfrentadas. Em primeiro lugar, pela perseguição e ataques sistemáticos das organizações sionistas aos lutadores. No Brasil, diversos ativistas têm sofrido processos movidos pela Conib e outras entidades, sob o falso pretexto de combater o antisemitismo. A resposta coletiva contra essas perseguições tem sido insuficientes, em parte por não vincular a defesa dos perseguidos às necessidades gerais das massas, o que as colocaria em movimento por essas necessidades e pelas liberdades democráticas, como o livre direito de manifestação.

Em segundo lugar, pela política das direções sindicais, estudantis e populares. Em diversas partes do mundo, essas direções se apoiaram na institucionalidade burguesa da ONU ou dos tribunais internacionais. Isso fez com que houvesse um desvio do movimento de rua, dos bloqueios, dos acampamentos e greves em defesa da Palestina. Tem essa mesma raiz a esperança frustrada de que os governos romperiam com Israel diplomaticamente e boicotariam o envio de armas, combustíveis e outros suprimentos. Poucos países romperam parcialmente, e o Brasil, sob o governo Lula, é um exemplo da distância entre as palavras e a ação. A retomada da luta internacional passa pela luta da vanguarda com consciência de classe para que essas entidades organizem suas bases e convoquem assembleias, visando a retomada das lutas.

Esse problema é parte da crise de direção revolucionária do proletariado, que tem raiz histórica na destruição do Partido Bolchevique e da III Internacional e na queda da URSS, mas que se manifesta na ausência de direções classistas e revolucionárias nas organizações da classe operária e dos demais trabalhadores e na ausência do Partido Mundial da Revolução Socialista. Defender e lutar pela Palestina de forma consequente implica lutar contra o burocratismo das organizações operárias e trabalhar pela construção dos partidos operários revolucionários em cada país. As bandeiras que guiam essa luta são a da frente única anti-imperialista, a da República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.